

**PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA/PNAIC: IMPACTOS NO PROCESSO FORMATIVO DOS(AS)
PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE
MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**

Maria da Conceição Pereira Ferreira Alves ¹
Nilton Soares Formiga - (Orientador) ²

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar um recorte da tese de doutorado em Ciências da Educação pela Christian Business School - Flórida, sobre Formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC: concepções dos(as) professores(as) da Educação Infantil da cidade de João Pessoa. O objeto central da pesquisa teve como fundamentos, concepção de criança enquanto sujeito de direitos, considerando suas especificidades, Educação Infantil como etapa basilar da educação básica, fundamental para o desenvolvimento infantil e a formação continuada como direito dos(as) profissionais que atuam na educação, com vistas a abordar a formação continuada dos(as) professora da Rede Municipal de João Pessoa/RMJP, que desenvolvem suas práticas pedagógicas na Educação Infantil, fomentadas nos marcos legais e nos autores que discutem essas temáticas: Constituição Federal (Brasil,1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil,1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil,1996), Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (Brasil,2009), Plano Nacional de Educação (Brasil,2014), Plano Municipal de Educação (João Pessoa,2015), Base Nacional Comum Curricular (Brasil,2017), Nóvoa (2019), Kramer (2006), Oliveira (2011), Didonet (2001), Kuhlmann Jr (2000), dentre outros. Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, do tipo descritivo e exploratório. Participaram da pesquisa 95 professores(as) que fizeram parte da formação PNAIC nos anos de 2017 e 2018 em João Pessoa-PB. Através do software estatístico SPSS 25.0 foram realizadas estatísticas descritivas, cálculo de correlação de Pearson e qui-quadrado. Foi possível constatar que a formação do PNAIC teve um diferencial, contribuindo positivamente para o desenvolvimento das práticas pedagógicas dos(as) professores(as). A pesquisa revelou o quanto a formação do PNAIC contribuiu para os processos formativos dos(as) professores(as) da Educação Infantil de João Pessoa, sendo uma proposta a ser repensada enquanto política pública de direito dos(as)profissionais da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil, Criança, Formação Continuada, PNAIC.

¹¹Doutorado em Ciências da Educação, Christian Business School - Flórida, Mestre em Educação, Universidade Federal da Paraíba/UFPB, Professora da Rede Municipal de Ensino de João Pessoa,mcarminda@hotmail.com

² Professor orientador: Doutorado em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba/UFPB, com estágio de pós-doutorado na UFRRJ e Universidade de Aveiro. Professor/pesquisador do Mestrado em Psicologia na Universidade Potiguar, nsformiga@yahoo.com

INTRODUÇÃO

Esse artigo apresenta um recorte da tese de Doutorado em Ciências da Educação que teve como objetivo analisar a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC: concepções dos(as) professores(as) da Educação Infantil da cidade de João Pessoa.

O PNAIC foi criado em 2012 com objetivo de alfabetizar todas as crianças do ciclo de alfabetização até os oito anos, sendo ampliado em 2017, contemplando os (as) professores (as) da Educação Infantil. A intenção foi de antecipar o processo de alfabetização com foco em resultados na aprendizagem.

O acesso à Educação Infantil é um direito, no entanto, as práticas pedagógicas devem atender as necessidades das crianças, considerando-as como ser em pleno desenvolvimento, que possui suas especificidades. A garantia do atendimento com qualidade perpassa pela formação inicial e continuada dos (as) educadores(as) (OLIVEIRA, 2011).

Na Educação Infantil, a criança deve vivenciar sua infância com foco nas “**interações e brincadeiras**” sem que esse momento da vida tenha preocupação em preparar para a fase seguinte, - ensino fundamental - tão acentuado nos últimos tempos, mesmo que ocorrendo a ampliação do ensino obrigatório a partir dos quatro anos de idade.

Ao longo dos anos, o município de João Pessoa tem promovido processos formativos para os (as) professores (as) da Educação Infantil em diferentes formatos. Nesse sentido, buscamos defender que os formatos de formação continuada adotada no município em parceria com o governo federal, especificamente, o PNAIC, ainda não é suficiente para atender aos anseios dos(as) professores(as), necessários ao atendimento pedagógico com qualidade as crianças da Educação Infantil.

No decorrer do estudo pretendeu-se responder os seguintes questionamentos: Como ocorreu a formação do PNAIC no âmbito municipal em parceria com o Ministério da Educação e Cultura/MEC e qual sua efetividade para as práticas pedagógicas dos (as)professores (as)?

O objeto central da pesquisa teve como fundamentos, a concepção de criança enquanto sujeito de direitos, considerando suas especificidades, a Educação Infantil como etapa basilar da educação básica, fundamental para o desenvolvimento infantil, e a formação continuada como direito dos profissionais que atuam na educação, com vistas a abordar a formação continuada dos (as) professores (as) da Rede Municipal de João

Pessoa, que desenvolvem suas práticas pedagógicas.

Do ponto de vista metodológico, foi adotada pesquisa quantitativa, do tipo descritiva com 95 (noventa e cinco) professores(as) que participaram da formação PNAIC nos anos de (2017 e 2018) na cidade de João Pessoa-PB, os(as) quais, responderam questões relativas ao PNAIC, ao pós-PNAIC e as questões pessoais no que se refere ao que o PNAIC contribuiu para as práticas educacionais.

Os resultados da pesquisa reverberaram o quanto a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC corroboraram para o processo formativo dos(as) professores(as) da Educação Infantil do Município de João Pessoa.

METODOLOGIA

Para realização da pesquisa foi utilizado o método quantitativo, pois o mesmo, caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas (Richardson, 2011, p.70), tornando-se o método mais adequado para atender os objetivos da pesquisa. A utilização deste tipo de abordagem possibilitou traduzir em números (percentual, média, desvio padrão etc.) as opiniões e informações sobre a percepção dos(as) professores(as) da Educação Infantil da cidade de João Pessoa a respeito da formação do PNAIC.

Em termos gerais, no que se refere à adoção de uma pesquisa quantitativa para esta pesquisa, considera-se ser um estudo descritivo, justamente, por mensurar e avaliar dimensões, fatos e fenômenos de determinada realidade, conduzindo com isso, a utilização de pesquisa por meio de levantamento de dados, considerando uma amostra da população, que, na concepção de Creswell (2010), pretende analisar o conhecimento ‘direto’ da realidade associada ao fenômeno que se pretende verificar.

A coleta de dados foi realizada através administração de um instrumento de pesquisa com questões que contemplavam respostas binomiais e intervalares sobre a concepção dos (as) professores(as) da Educação Infantil sobre o PNAIC.

O universo da pesquisa foram os (as) professores (as) da rede municipal que fez parte da formação PNAIC nos anos de 2017 e 2018.

O questionário contou com perguntas estruturadas, contemplando questões gerais, que buscavam captar informações sociodemográfica (sexo, idade, renda econômica, formação educacional) e socioprofissional (tempo de serviço na unidade educacional, tempo de serviço

na Educação Infantil, participação na formação PNAIC em ambos os anos (2017 e 2018), objetivando atender aos objetivos da tese. Foram feitas análises dos dados com respaldo nos autores que fundamentaram a pesquisa e nos documentos oficiais.

MARCO TEÓRICO

O processo formativo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC teve início no ano de 2012 para atender o ciclo de alfabetização e somente no ano de 2017 foi ampliado para os(as) professores(as) da Educação Infantil. Foi um programa de formação em nível nacional direcionado pelo Ministério da Educação e Cultura/MEC, descontinuada no ano de 2019.

Para dinamização desse processo formativo, o MEC fez parceria com os estados e municípios da federação, bem como criou estratégias para que as formações ocorressem em cada estado/município: proporcionou bolsas de estudos para os(as) professores(as), como estímulo à participação, disponibilizou materiais didáticos (livros e jogos pedagógicos); fez parcerias com Institutos Superiores e Universidades Públicas e monitoramento das atividades, com vistas a garantir que a formação proposta, atendesse um maior número de professores(as) (Brasil, 2015).

Na Paraíba, a formação direcionada aos formadores(as) regionais e orientadores(as) locais, teve seu início no ano de 2013 com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a partir de 2014 pela Universidade Federal da Paraíba/UFPB (Brasil, 2015).

O processo formativo contemplou conteúdos, metodologias e material didático direcionados pelo MEC, sendo responsabilidade de cada estado e município elaborar e administrar as devidas adequações, desde que não perdesse o foco do objetivo maior, isto é, alfabetizar as crianças do ciclo de alfabetização até os oito anos de idade (Brasil, 2015).

Alguns materiais foram utilizados na formação a exemplo dos cadernos pedagógicos, distribuídos pelo MEC para todo Brasil, como roteiro base a ser contemplado nos estados e municípios.

Os cadernos apresentam informações inerentes ao ciclo de alfabetização, utilizados durante as formações, incorporados às rotinas de estudos dos(as) professores(as), com vistas a manter um padrão nacional, focalizando objetivos pré-estabelecidos, distribuídos para os(as) professores(as) participantes do programa, agregando a outros materiais entregues diretamente às unidades escolares como caixas de jogos e caixas de livros para-didáticos do Programa Nacional do Livro Didático/PNLD (Brasil, 2015), demarcando o compromisso institucional.

Nesse sentido,

O compromisso institucional (do governo federal e das secretarias de educação) reside principalmente na necessidade de promoverem espaços, situações materiais adequadas aos momentos de trabalho e reflexão, compreendendo que a formação continuada não é um treinamento no qual se ensinam técnicas gerais a serem reproduzidas [...] (Brasil, 2012, p.27).

A formação para o ciclo de alfabetização ocorreu em efeito espiral tendo como foco, os (as) professores (as) que atuavam no ciclo, com responsabilidade de proporcionar práticas pedagógicas que promovessem o desenvolvimento dos estudantes. Condição a qual, seguiu o que o MEC enfatiza em seus discursos[...] a necessidade de conceber os professores quanto sujeitos inventivos e produtivos, é possível que estes, não sejam 'repetidores' em suas salas de aula daquilo que lhes foi 'aplicado' na formação para orientar a sua 'nova prática[...] (Brasil, 2012, p.27); desta maneira, o processo de formação estabelecido determina como deve ser o processo formativo e qual o seu objetivo, com formatos específicos, a serem desenvolvidos no decorrer dos encontros, apontados nos cadernos pedagógicos, com atividades pré- estabelecidas, em uma estrutura a ser seguida, conforme definido abaixo:

Leitura deleite, "tarefa de casa" e retomada do encontro anterior, estudo dirigido de textos, planejamento de atividades a serem realizadas nas aulas seguintes ao encontro, socialização de memórias, vídeos em debates, análise de situações em sala de aula firmadas ou registradas, análise de atividades de alunos, análise de registro de relatos, sequências didáticas, projetos e de planejamento de aulas, análise de recursos didáticos, exposição dialógica, elaboração de instrumento de avaliação e discussão de seus resultados e avaliação da formação (Brasil, 2012p. 29-31).

Percebe-se que é um roteiro bem delineado, orientador das ações pedagógicas a serem desenvolvidas no decorrer das formações.

Outro aspecto observado foi o direcionamento do processo formativo para os (as) professores(as), discutindo no primeiro ano em 2013 a linguagem e, no segundo ano em 2014, matemática, interesse do programa para atender exigências da avaliação de larga escala, a exemplo da Avaliação Nacional de Alfabetização/ANA.

Em 2017, a formação do PNAIC foi ampliada, contemplando os(as) professores(as) da Educação Infantil. Essa ampliação teve finalidade de preparar as crianças visando antecipar o processo de alfabetização, pois, os resultados obtidos nas avaliações de larga escala para as séries iniciais ainda se mostrou insuficiente, não atingindo satisfatoriamente as metas estabelecidas em âmbito Nacional (Brasil, 2015).

Conforme Roveri e Duarte(2018),

Embora essa avaliação não se aplique diretamente à Educação Infantil, é notável seu potencial de influência no funcionamento e na organização do trabalho em creches e pré-escolas, além da pressão para que se escolarize essa primeira etapa da Educação Básica. Isso pode ser percebido a partir da ampliação, em 2017, do alcance do PNAIC, mediante o discurso de que a matemática, a escrita e a leitura fluente devem contemplar os direitos de aprendizado das crianças a partir dos 3 anos de idade (p. 812).

A função da Educação Infantil não é alfabetizar crianças, antecipando seu processo de aprendizagem com habilidades de matemática, leitura e escrita com vistas a acelerar a alfabetização.

Importante destacar o cuidado para com propostas de formação pré -determinados, pois elas podem interferir positivamente ou negativamente na vida dos (as) professores (as), justamente, por não estarem alinhados as suas necessidades, uma vez que, enquanto responsável pela disseminação dos conhecimentos no ambiente escolar pode criar expectativas diversas comprometendo suas práticas pedagógicas. Daí a necessidade de repensar a formação vinculada ao contexto escolar.(Imbernón,2016).

A organização da formação do PNAIC para a Educação Infantil, define conteúdos, metodologias e materiais utilizados com vistas a direcionar as ações nos estados e municípios, assim como o fez quando da criação do ciclo, forma de manter o controle e buscar atender aos objetivos propostos, antecipar o processo de alfabetização, corroborando com estratégias que pudesse garantir as crianças condições pedagógicas anteriores ao ciclo de alfabetização. No entanto, o MEC defende a intencionalidade pedagógica como inovadora no programa proposto no ano de 2017 (Brasil, 2017).

O município de João Pessoa, fez a adesão ao programa, através da Secretaria de Educação e Cultura fez , seguiu os protocolos exigidos pelo MEC, realizando a escolha do coordenador local e em seguida a escolha dos novos formadores (orientadores de estudos), com critérios definidos em Edital Público. Dentre as normas definiu-se o perfil acadêmico e profissional: ser pedagogo, servidor efetivo da rede, ter disponibilidade para planejamento e participação nas formações (João Pessoa, Edital 001/2017).

A escolha com foco em profissionais experientes da própria rede, constitui- se de avanços, cabe saber se no cotidiano os processos formativos oferecidos pelos mesmos profissionais tenham de fato esse procedimento, uma vez que os programas tendem a ser pré-elaborados, inclusive com sugestões de planejamento e materiais (Brasil, 2017).

De certo, essa foi uma iniciativa que valoriza e profissionaliza os formadores (as) selecionados (as) no ambiente da própria rede com a função de professores (as) e técnicos



(as) que conhecem o ambiente escolar tendo, portanto, maiores condições de desenvolver trabalhos sistematizados, considerando os contextos sociais dos (as) educadores (as) (Imbernón, 2016).

A escolha de profissionais dentro da própria rede proporciona a aproximação dos profissionais com experiências, conhecem a realidade do chão das unidades podendo contribuir com suas diferentes experiências.[...] (Brasil, 2017,p.8). Essa foi mais uma iniciativa do MEC com vistas a manter o foco formativo envolvendo profissionais da Rede Pública.

Dentre as responsabilidades do PNAIC destaca-se a importância desses profissionais, enfatizando a necessidade de "incluir professores alfabetizadores e da Educação Infantil com boas experiências no grupo de professores formadores, valorizando o protagonismo dos bons educadores"(Brasil,2017,p.4).Atitude relevante por garantir que profissionais da própria rede pudessem contribuir na formação de seus pares, podendo compartilhar com "[...] boas práticas e conhecimentos adquiridos" (Brasil, 2017, p.27).

Para Imbernón (2005,p.17) "para que seja significativa e útil, a formação precisa ter um alto componente de adaptabilidade à realidade diferente do professor". Sendo assim, investe-se numa formação que estimule transformações nos (as) professores (as), com mudanças que atendam às suas expectativas e que suas práticas corroborem com o desenvolvimento da criança.

O PNAIC foi mais um processo formativo, tendo como mentor o Ministério da Educação e Cultura, que ampliou as discussões, envolvendo outros segmentos como as Universidades, com vistas a encontrar saídas para buscar soluções para déficit na formação dos professores (as) que se prolongam por longos períodos, necessitando que os processos formativos ocorram de fato de forma contínua; enquanto política de estado, tendo em vista que os processos formativos não devem ocorrer de forma isoladas ou mesmo para atender metas como se prevê no Plano Nacional de Educação, mas, como obrigação legal do poder público oferecê-la como bem determina os marcos legais (LDB, 1996, BNCC, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A formação do PNAIC na Educação Infantil teve um certo diferencial, pois, todo o trabalho desenvolvido, ocorreu numa ação - reflexiva, alinhando as experiências trazidas do espaço escolar, as trocas nos momentos formativos, os estudos acerca das temáticas,

para então a construção de novas perspectivas de trabalho, e como bem trata Imbernón (2016), respeitado os contextos.

Com o PNAIC houve um diferencial, pois todo processo deu-se em parceria com o MEC, com a participação na realização dos processos formativos tendo a frente professores(as) de Universidades Públicas, professores(as) e técnicos da Rede Municipal, formando-se e formando professores (as) e coordenadores (João Pessoa, 2017; Brasil, 2017).

As experiências com outros formatos de formação deram respaldo para que os(as) professores(as) revelassem suas compreensões, inclusive identificando potencialidades, a partir das dinâmicas postas, apontando o que de fato se compreende como formação conforme sinalizam alguns autores (Imbernón, 2005, 2016; Barbosa; Afonso, 2011; Alvarada-Prada et al., 2010).

No que se refere aos motivos de terem que fazer a formação continuada, pois de acordo com Imbernón (2016), a formação relacionar-se aos contextos, partindo da realidade dos docentes. A formação do PNAIC teve esse olhar de desenvolver práticas que atendessem aos interesses dos(as) professores(as), muito embora, tenha seguido um sistema de certo modo orientado pelo MEC, o que poderá refletir uma contradição, pois, ocorreu uma reestruturação do fazer pedagógico.

Portanto, nada mais concreto do que ter esse respaldo dos(as) professores(as) que se debruçaram sobre o que e como vivem, fazendo a ponte com outros processos formativos, desenvolvidos pela Rede, lugar onde trabalham.

Chama-se atenção que, mais de 50% dos(as) professores(as), afirmaram ter qualidade na formação PNAIC experienciados por eles (elas), pois, a maioria indicou que 'Aprendi muito, pois essa foi uma das melhores formações que já tive', que 'os aspectos teórico-práticos caminham juntos, possibilitando aprendizados significativos' e que 'os aspectos teórico-práticos, aliados as metodologias trabalhadas contribuíram para reflexão acerca de minhas práticas no cotidiano da educação infantil'. Com base nestas afirmações é possível refletir o quanto a formação do PNAIC teve confiabilidade, apontando caminhos para estruturação de outros processos de formação. Embora direcionada pelo MEC, pois, foi desenvolvida a partir do contexto dos(as) professores (as), tendo-os(as) como protagonistas de todo o processo.

A formação do PNAIC, no formato apresentado e na reorganização do município foi percebido como política pública conduzida pelo governo federal, embora sendo objeto de críticas pela forma como chegou nas redes públicas, os resultados dessa pesquisa



revelaram a sua relevância para o processo formativo dos(as) professores(as).

Os resultados da pesquisa reverberaram o quanto a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC corroboraram para o processo formativo dos(as) professores(as) da Educação Infantil do Município de João Pessoa, contribuindo para ampliação dos conhecimentos destes(as), além da viabilidade de discussão de temáticas relacionadas a Educação Infantil, foco na realidade, integração teoria-prática e consolidação dos estudos nos espaços das unidades de CREIs e Escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões postas, vislumbramos que a proposta do PNAIC possa ser analisada pelo município, como uma das possibilidades a ser adotada como processo formativo tendo em vista sua exponencial aceitabilidade, garantindo direitos e fortalecendo as políticas públicas, haja vista, os processos formativos se constituem como caminhos para atualização dos conhecimentos, possibilitando a cada professor(a) a oportunidade de repensar suas práticas e inová-las, tendo como foco a criança, ser social, sujeito de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVARADO-PRADA. L.E; FREITAS, T. C;FREITAS, C.A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses ,necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, v.10,n30, pp.367-387.2010.

BARBOSA, Rita Cristina; AFONSO. Maria Aparecida Valentim. **Educação infantil: das práticas pedagógicas às políticas públicas**. João Pessoa. Editora Universitária, 2011.

BRASIL,MEC; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Apresentação**. Brasília: MEC, SEB, 2014.

_____. BNCC. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2018

_____. MEC; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização**. Caderno de Apresentação. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____.MEC; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de Apresentação: Coleção Leitura e escrita na educação infantil**; Brasília: MEC/SEB, 2016.



- _____. MEC; Secretaria de Educação Básica; Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Documento Orientador 2017. Brasília: MEC/SEB, 2017.
- _____. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** **Diário Oficial** União, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 129, 5 jul. 2012. Seção 1, p. 22-23. Acesso em: 10 jan. 2019.
- _____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: Manual do Pacto. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em: <<http://pacto.mec.gov.br/o-pacto>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- _____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em 20 de outubro de 2019.
- _____. Portaria n. 826, de 7 de julho de 2017. Dispõe sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa PNAIC, suas ações, diretrizes gerais e a ação de formação no âmbito do Programa Novo Mais Educação PNME.<http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_mec_826_alterada.pdf> Acesso em: 13 abr. 2019.
- _____. PNE. Congresso Nacional, - Lei 13.005/2014. **Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: **Diário Oficial**, 25 de junho de 2014.
- . Ministério da Educação e Cultura. Resolução MEC/CNE/CEB nº5/2009. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília/DF: **Diário Oficial da União**, 18 de dezembro de 2009.
- .CF.Presidência da Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: **Diário oficial da união**, 05 de out de 1988.
- .ECA. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília/DF, **Diário oficial da união**, 16 de jul de 1990.
- _____.LDB. Presidência da República. Casa Civil. **Lei 9394/1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, **Diário oficial da união**, 23 de dezembro de 1996.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DIDONET, Vital. Creche: a que veio... Para onde vai... In: **Em aberto** v.18 n 73 p.11- 27, jul.2001.
- IMBERNÓN,Francisco. **Formação docente e profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____.Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado: Uma mudança necessária.** São Paulo: Cortez, 2016.



JOÃO PESSOA. Prefeitura Municipal de João Pessoa, PB. **Concorrência pública nº09001/2014 do tipo técnica e preço**. Formação continuada para os profissionais da educação do município de João Pessoa, 2014b.

_____.PME. Secretaria de Educação e Cultura- **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 13.035 de 19 de junho de 2015. João Pessoa

KRAMER, SÔNIA. **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é/fundamental**.Educ.Soc.,Campinas,vol.27,n96- Especial,P.797-818,out.2006.

KUHLMANN JR. Moysés. História da educação. In **Revista Brasileira de Educação**, n.14,5-18, mai/jun/jul/ago.2000.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação num tempo de metamorfoses da escola**: Educação e realidade, v.44 n.3,84910,2019.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos. **Educação infantil**: fundamentos e métodos. 7ed.São Paulo, Cortez, 2011

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROVERI, Fernanda Theodoro; DUARTE, Caroline. **Reflexões sobre a implementação do PNAIC na educação infantil**: tensões e riscos à docência e a infância.v.43. n.4.p.807-822.out/dez 2018.